

OS RISCOS NATURAIS E A HISTÓRIA: O CASO DAS ENCHENTES EM MARABÁ (PA)

José Jonas Almeida¹

Resumo: Os estudos sobre as situações de risco provocadas pela possibilidade de desastres naturais têm mostrado a relação dos mesmos com o tipo de organização social e o modo de vida das comunidades. Tal constatação levou à necessidade de novas abordagens do tema a partir das ciências humanas, como a sociologia, a economia e a história. A abordagem multidisciplinar pode revelar aspectos que antes não eram percebidos nas políticas públicas tomadas para enfrentar situações de risco. O caso das enchentes em Marabá é um exemplo de como a perspectiva histórica pode ser útil para uma melhor compreensão de algumas situações onde o risco foi incorporado ao cotidiano da comunidade.

Palavras-chave: riscos naturais; história; enchentes; políticas públicas; Marabá.

Abstract: Studies on at-risk situations caused by the possibility of natural disasters have demonstrated a relationship between these disasters and the type of social organization and lifestyle within the affected communities. This discovery has led to a necessity for new approaches to the subject from the standpoint of human sciences, such as sociology, economics and history. This multidisciplinary approach may reveal previously-unnoticed aspects pertaining to public policies designed to manage such at-risk situations. The case of the flooding in Marabá is an example of how historical perspectives can be useful for a better understanding of several situations where risk is part of the everyday life of the surrounding community.

Keywords: natural risks; history; flooding; public policies; Marabá.

Introdução

O estudo dos fenômenos naturais, como tempestades, furacões, terremotos e erupções vulcânicas, entre outros, que antes

¹ Doutorando em História Econômica pela FFLCH da USP. Este artigo foi desenvolvido a partir de minha dissertação de mestrado intitulada "A Cidade de Marabá sob o Impacto dos Projetos Governamentais", defendida na mesma instituição em 2008. E-mail para contato: jjonasalmeida@usp.br.

eram restritos a algumas disciplinas, passaram a despertar o interesse das ciências humanas, entre as quais a história. Na medida em que se coloca a possibilidade de uma situação de risco provocada por tais fenômenos, a questão passa também a envolver as relações entre a sociedade e natureza, requerendo o trabalho de outros especialistas, como sociólogos, economistas e historiadores. Na própria geografia, disciplina que trata do tema há mais tempo, outras abordagens se fizeram necessárias para uma melhor compreensão dessas relações. Várias questões passaram a ser analisadas, como por exemplo, os motivos que levam algumas populações a habitar áreas consideradas de risco, como encostas de montanhas, áreas alagáveis e margens de rios. A abordagem sociológica revelou que em diversas situações eram as populações pobres ou marginalizadas que ficavam mais sujeitas aos riscos de um desastre natural.

Em outros casos, como nas comunidades ribeirinhas da Amazônia, onde o convívio com o problema das enchentes foi incorporado ao cotidiano, o enfoque e as formas de intervenção promovidas pelo poder público não respeitaram as características locais e culturais desses moradores. Nesse sentido, o estudo do caso de Marabá revela aspectos que foram desprezados nas tentativas de transferir a cidade para outros locais mais seguros, mesmo que próximos ao sítio urbano original. A mais importante dessas tentativas foi o plano imposto pelo Governo Federal em 1973 e que acabou sendo executado nos anos seguintes.

A cidade de Marabá era conhecida na sua origem como produtora de borracha (caucho) e posteriormente, entre as décadas de 1920 e 1980, tornou-se grande centro produtor de castanha-do-pará. A floresta existente nessa porção da Amazônia Oriental propiciou à população a manutenção de suas necessidades por meio do extrativismo vegetal e ainda tendo o garimpo de diamantes como atividade complementar. Em 1967 foram descobertas as jazidas de

minério de ferro na serra dos Carajás, área que então pertencia ao município de Marabá. A perspectiva criada pela descoberta desse recurso e a abertura da rodovia Transamazônica fizeram com que o Governo Federal passasse a interferir diretamente no planejamento urbanístico da cidade e na administração da mesma².

Vista sob uma ótica exclusivamente técnica e racional, a cidade de Marabá estava situada em um local que não era favorável ao estabelecimento de um aglomerado urbano, na confluência do rio Itacaiúnas com o Tocantins, no sudeste do Pará. O transbordamento dos rios provocava enchentes todos os anos, sobretudo nas áreas situadas às margens dos mesmos. Apesar das enchentes serem uma característica comum às cidades ribeirinhas da Amazônia, o caso de Marabá adquiriu certa singularidade em função da frequência das mesmas, de afetar vários segmentos sociais e de terem ocorrido oportunidades para que fosse feita a mudança da cidade para locais mais seguros em relação aos rios. No entanto, a população local, inclusive a antiga elite ligada à extração da castanha e ao comércio, nunca viram com simpatia essas propostas.

O enfoque que propomos, a partir de uma análise histórica da situação em questão, revela-nos aspectos que foram desconsiderados quando da tentativa de criar a chamada Nova Marabá, a partir de 1973. Ao retrocedermos à formação e evolução de Marabá constatamos que o problema das enchentes nunca se constituiu em obstáculo definitivo para a ocupação da cidade, ao contrário da visão dos arquitetos e técnicos incumbidos pelo Governo Federal de promover a mudança. Uma constatação já conhecida por vários estudiosos que analisaram os casos de populações submetidas

² Em pleno Regime Militar, a cidade de Marabá foi transformada em Área de Segurança Nacional no ano de 1970. Além do minério de ferro e da rodovia Transamazônica, o município ganhou notoriedade nos anos seguintes em função da presença de guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil na região que compreendia a divisa entre o Pará e o Estado de Goiás (hoje Tocantins) que tentaram estabelecer um núcleo de luta armada contra a ditadura e angariar apoio da população rural. O aumento dos efetivos militares foi resultado do combate contra aquela que ficou conhecida como a Guerrilha do Araguaia, entre 1972 e 1974.

aos riscos naturais: a percepção dos planejadores no que se refere a uma situação de risco não é a mesma da população.

Situações de Risco na Perspectiva Histórica

Não existe um consenso entre os estudiosos a respeito de uma definição mais precisa do termo “risk” ou risco, muitas vezes confundido com outro termo empregado na língua inglesa: “hazard” (perigo). Existe uma tendência atualmente em se fazer a distinção entre risco e “hazard”, como faz a geógrafa francesa Yvette Veyret, tida como uma das maiores autoridades sobre o assunto:

O risco, objeto social, define-se como a percepção do perigo, da catástrofe possível. Ele existe apenas em relação a um indivíduo e a um grupo social ou profissional, uma comunidade, uma sociedade que o apreende por meio de representações mentais e com ele convive por meio de práticas específicas. Não há risco sem uma população ou indivíduo que o perceba e que poderia sofrer seus efeitos. Correm-se riscos, que são assumidos, recusados, estimados avaliados, calculados. O risco é a tradução de uma ameaça, de um perigo para aquele que está sujeito a ele e o percebe como tal. (VEYRET, 2007, pag. 11).

Para esta autora, a noção de risco nasce no momento em que há uma ameaça em potencial, que é denominada de “álea”. Esta é percebida pelos indivíduos e pode acarretar prejuízos para as pessoas, com relação ao patrimônio e à própria organização do território. Yvete Veyret defende que é importante entender a relação estabelecida pelas populações com uma determinada álea, pois é a partir dela que podem ser definidos os métodos de prevenção. Muitas vezes medidas que valem para a Europa, por exemplo, são aplicadas para outros países e continentes sem que sejam obtidos resultados satisfatórios. Isso ocorre em função de não se levar em consideração “as diferenças de percepção e de comportamento das populações”. Além do conhecimento técnico e científico, “as diferenças culturais

pesam na apreciação da álea e na percepção do risco". Em função disso, pode-se falar em uma "cultura" do risco, como sendo uma percepção e um conhecimento de uma ameaça comum a um grupo social (VEYRET, 2007:48 e 49).

No contexto de tais acontecimentos a análise referente aos prejuízos leva àquilo que se conhece por vulnerabilidade. Portanto, o risco pode ainda ser definido como sendo a representação de um perigo por meio de uma álea (chuvas, cheias, terremotos, erupções entre outras áleas naturais) que atinge um determinado alvo e que é indicador de vulnerabilidade. Esta última é medida:

(...) pela estimativa dos danos potenciais que podem afetar um alvo, tal como o patrimônio construído ou a população. Ela concerne, portanto, às perdas possíveis e permite, por exemplo, exprimir a capacidade de resistência das construções diante do fenômeno físico ou de processos como explosão ou incêndio na esfera industrial. (VEYRET, 2007:39).

Os níveis de vulnerabilidade devem ser estabelecidos em função da ocupação do solo. Por exemplo, no caso de uma inundação, estabelecer um limite máximo para as águas não é suficiente para distinguir as diferentes vulnerabilidades dos lugares. Os fatores sócio-econômicos podem aumentar a vulnerabilidade das populações que estão ameaçadas.

Outro estudioso do assunto, Francisco Calvo Garcia-Tornel, aponta como um dos equívocos dos planejadores o de terem colocado em evidência a insistência das populações em ocupar as áreas de risco, algo que não pode ser explicado apenas em função da racionalidade econômica. Seria preciso explorar outros "modelos de comportamento", dentro da chamada "geografia da percepção" ou ainda realizar uma abordagem interdisciplinar, contando com a colaboração dos historiadores, mais precisamente os da história econômica, algo que na opinião de Garcia-Tornel, ainda não foi

devidamente explorado. O aumento da ocupação incrementa o dano que pode ser causado por uma inundação, embora isso dependa “*da capacidade de ajuste e resposta do grupo afetado*” (GARCIA-TORNEL, 1984:9). Tal abordagem é fundamental para que a investigação não fique limitada na forma como as pessoas enfrentam os problemas, mas também como habitam um determinado lugar e como se relacionam entre si, envolvendo os indivíduos, a coletividade e o meio ambiente.

Os primeiros trabalhos a respeito dos riscos causados por enchentes tiveram início no final da década de 1920, quando o governo norte-americano começou a encomendar pesquisas e estudos para solucionar os problemas referentes às inundações em áreas urbanas e rurais que implicavam em perdas humanas e materiais. A idéia era definir quais seriam as formas mais adequadas de intervenção para prevenir esses problemas. De modo geral, as sugestões apontavam para a construção de barragens, canais e sistemas de irrigação³. Inicialmente uma tarefa atribuída a um corpo de engenheiros acabou mais tarde envolvendo geógrafos, planejadores urbanos e agrônomos, entre outros. Uma das conclusões mais importantes era de que os chamados desastres naturais não eram apenas naturais, mas acabavam tornando-se desastres em função das ações antrópicas, como por exemplo, a forma inadequada de ocupação do território: “*É por isso que um hazard não é natural em si, mas trata-se de um evento que ocorre na*

³ Muitos estudiosos do tema desastres naturais apontam o ano de 1927 como um marco. Foi quando o governo dos Estados Unidos solicitou ao U.S. Corps of Engineers (Corpo de Engenheiros dos EUA) que estudassem e propusessem soluções para o problema das inundações nas áreas urbanas e rurais. Esses estudos resultaram nos 308 informes apresentados ao Congresso norte-americano em 1933 propondo vários projetos, como a construção de barragens, canais e sistemas de irrigação. Esses primeiros estudos tiveram como foco os aspectos físicos das perdas que eram provocadas pelas enchentes. As propostas restringiam-se às medidas estruturais, como o melhoramento fluvial e obras de retenção ou diques, entre outras. Muitos estudiosos observaram posteriormente que essas medidas (inclusive as que fizeram parte do *Tennessee Valley Authority* na gestão do presidente F. D. Roosevelt na década de 1930) não reduziram os danos. (MARANDOLA JR. & HOGAN, 2004: 96).

interface sociedade-natureza” (MARANDOLA JR. & HOGAN, 2004: 98).

Foi a partir dessa constatação que muitos estudiosos verificaram a necessidade de um enfoque multidisciplinar, uma vez que a compreensão da “*relação homem-meio-sociedade-natureza*” era fundamental para estabelecer qualquer mecanismo de intervenção e de gestão. A perspectiva proporcionada por outras disciplinas, entre as quais se coloca a história, pode vislumbrar aspectos que permitam uma melhor compreensão das percepções e dos modos de aceitação do risco por parte dos diferentes atores e dos grupos sociais envolvidos. O risco e a percepção que se têm a respeito do mesmo não podem ser enfocados sem que seja considerado o contexto histórico no qual foram produzidos, como as relações com o espaço geográfico, as formas de ocupação do território e as relações sociais características de uma determinada época.

Para a professora Yvete Veyret verificar como a lembrança de uma catástrofe pode ser perpetuada ou esquecida pode evidenciar uma série de conseqüências, como o de desempenhar um papel aglutinador criando uma identidade para o grupo social que foi vítima. Da mesma forma, os atores envolvidos podem ocultar uma catástrofe caso a mesma não sirva aos seus interesses enquanto comunidade. A cidade de Marabá parece inserir-se na primeira situação, uma vez que a lembrança das enchentes serviu como justificativa para mostrar a determinação de seus moradores em conquistar uma região onde muitas vezes a natureza se mostrou adversa e hostil.

As Enchentes em Marabá

Muitos viajantes e estudiosos apontaram que a localização e a topografia da cidade de Marabá não eram favoráveis à formação de um aglomerado urbano. O engenheiro Américo Barbosa de Oliveira,

que visitou a cidade em 1938 para verificar as possibilidades de melhoria na navegação no rio Tocantins, afirmou que Marabá era um *“acampamento a ser levantado quando se avizinhar uma grande enchente”* (MINISTÉRIO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, 1941: 37). Referindo-se à grande inundação de 1926, esse mesmo engenheiro classificou como “irracional” a reconstrução da cidade no pontal entre os dois rios. No entanto, era exatamente na época das cheias, entre os meses de dezembro e abril, que a cidade fervilhava com a safra de castanha-do-pará. O período do “inverno” na Amazônia era a época do ano em que as condições se tornavam adequadas para a navegação e para o transporte da castanha pelo rio Tocantins até Belém, capital do Pará⁴.

Avaliação semelhante foi feita por Orlando Valverde e Catharina Vergolino Dias, quando em 1967 publicaram um estudo a respeito dos impactos econômicos da rodovia Belém-Brasília naquela região. Estes autores destacaram as conseqüências *“funestas”* das enchentes que prejudicavam até mesmo a coleta e o armazenamento da castanha. De acordo com os mesmos ocorria uma paralisação das atividades, com prejuízos que se refletiam na economia do próprio Estado. Na avaliação destes autores, a localização de Marabá era inconveniente.

A evolução da planta da cidade de Marabá acompanhou a configuração do pontal ou “península” situado na confluência do rio Itacaiúnas com o Tocantins, dentro de um sítio da baixa topografia em relação a esses rios. O limite para a expansão da cidade era uma área de várzea, conhecida como “varjão”, separando a mesma de outra área mais elevada, onde hoje se localiza a Nova Marabá.

⁴ A origem de Marabá remonta ao final do século XIX com a descoberta do caucho (borracha) na região do rio Itacaiúnas, afluente do Tocantins. A exploração da borracha impôs a necessidade da ocupação do pontal entre os dois rios pela facilidade de acesso à mata, para controlar os caucheiros que extraíam o produto e também o tráfego fluvial por parte dos comerciantes que negociavam o produto na capital, Belém. Nesse local formou-se um núcleo a partir da casa comercial fundada por um maranhense chamado Francisco Coelho, em 1898, cujo nome passou a designar a futura cidade: Marabá.

Em praticamente todos os anos, o aumento do nível dos rios afetava os bairros ribeirinhos, como Cabelo Seco e Santa Rosa, e muitas vezes, a parte central da cidade também era afetada. A crença popular referia-se a um intervalo de 10 anos entre uma grande enchente e outra e a cronologia dessas ocorrências parece confirmar isso.

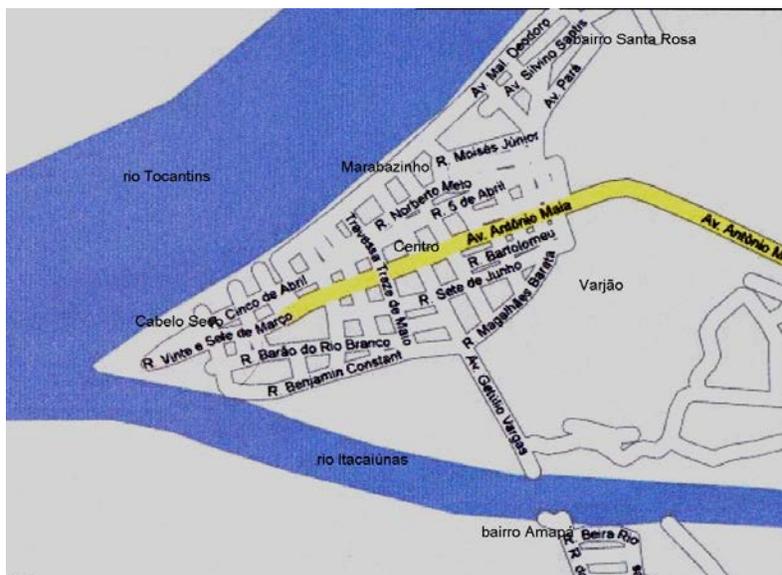


Figura 1: Mapa da Velha Marabá com os logradouros mais importantes, entre eles a Avenida Antonio Maia.
Fonte: adaptado do programa Google Earth.

Os registros das primeiras enchentes remontam a 1906, quando os habitantes da cidade procuraram abrigo nas canoas e nas partes mais elevadas do próprio pontal. Terminada essa enchente, os moradores retornaram e edificaram novas casas de pau-a-pique, cobertas em geral com palha, um pouco acima do local original, próximo ao centro da atual Marabá Velha. Em 1910, outra enchente expulsou novamente os moradores para as terras altas do pontal. Nessa mesma ocasião, várias lideranças locais temendo novas

calamidades, procuraram transferir o comércio para esse local no qual chegaram a ser erguidas 40 casas de palha. Contudo, nem todos acompanharam essa iniciativa:

Essa tentativa de alguns fortes batalhadores de Marabá não foi porém seguida pela maioria do comércio e do povo, de sorte que, em pouco tempo, toda a vida política, econômica e social voltava à antiga localidade, onde a pouco e pouco foram surgindo novas edificações, em boa parte cobertas de telhas e paredes de taipa (VIAGEM AO TOCANTINS, 1927: 70).

A memória local e as fontes documentais apontam a enchente de 1926, como uma das piores, além das de 1935, 1947, 1957, 1974, uma seqüência de três anos entre 1977 e 1979 e a pior de todas, a de 1980, já na fase da implantação da Nova Marabá. Mais recentemente, as enchentes de 1990 e 1997 afetaram praticamente toda Marabá Velha.

Parece não restar dúvidas de que as duas maiores enchentes que atingiram a cidade foram as de 1926 e 1980. Muitas histórias foram contadas a respeito da primeira por antigos moradores, como por exemplo, as recordações colhidas por João Brasil e por outro memorialista, Walter Leitão Sampaio, que era menino na época e que coincidem com outras fontes disponíveis a respeito da mesma. Os dois guardaram um aspecto curioso dessa grande enchente, que foi “*a falta de solidariedade social*” (MONTEIRO, 2002:40), havendo maior preocupação da Intendência (Prefeitura) em socorrer as famílias mais abastadas com o uso de embarcações. Apenas posteriormente, o intendente (prefeito) João Anastácio de Queiroz determinou que o transporte fosse colocado também à disposição das demais famílias, que teriam sido transferidas para o outro lado do Itacaiúnas, onde depois surgiu o bairro Amapá. Elas ficaram abrigadas sob tetos improvisados feitos de palhas.

Ficou registrado na memória local durante essa enchente a figura de um militar da antiga Força Pública do Estado do Pará, o major Guedes, que teria intimado proprietários de embarcações e com a ajuda de seus soldados feito o transporte dos moradores e de seus pertences para o bairro Amapá. Também teria feito requisição de alimentos, roupas e outros gêneros para distribuir aos desabrigados, gastos que posteriormente foram cobertos pelo governo estadual, que também instituiu a *"Benemérita Comissão de Socorros aos Inundados"*, sob a orientação do Governador do Estado e a direção do rico comerciante de castanhas, José Chamon.

Uma característica das enchentes de Marabá e na própria Amazônia que as diferenciam das demais regiões brasileiras, é o fato das águas se elevarem de forma gradual. Os moradores tomam precauções conforme o aumento do nível dos rios e até estabelecem previsões a respeito da enchente. Walter Leitão Sampaio descreveu esse aspecto na enchente de 1926, pois já no mês de novembro do ano anterior, muitos moradores pressentiam *"que o rio teria uma enchente excepcional, pois as quantidades de detritos como árvores, ramos, desciam a corrente em quantidade cada vez maior"* (SAMPAIO, 1998:58). O memorialista menciona também relatos que se referiam aos sinais que faziam prever a gravidade da inundação, um dos quais, associado ao folclore local, era notado em função de uma ave conhecida como "aruá", estar pondo os seus ovos em locais mais elevados, fora do alcance das águas.

Na enchente de 1926 muitos moradores se retiraram temporariamente da cidade, outros permaneceram em balsas amarradas ao telhado das casas, o que é confirmado por fotos da época, principalmente comerciantes que temiam perder as mercadorias. Walter Leitão cita o exemplo de uma comerciante, dona Auta Santos, que adquiriu uma balsa feita de "talos de buriti" e que era usada para vendas no próprio pontal. A balsa foi trazida para

frente do seu estabelecimento comercial, que também era moradia e nela foram colocadas as mercadorias e os pertences da proprietária. O que ficou ainda dentro da casa, foi colocado nos “jiraus”, espécie de prateleiras, onde os objetos eram amarrados e suspensos para ficarem protegidos das águas, pratica essa que é utilizada até hoje. De acordo com a narrativa de Walter Leitão, essa personagem foi destaque por *“permanecer junto à sua casa enfrentando os rigores da calamidade, foi muito elogiada e apontada como exemplo da persistência dos habitantes do pontal em permanecer em sua cidade”* (SAMPAIO, 2000:121).

Após as águas terem baixado teve início a reconstrução, sendo desprezadas as propostas de mudança da cidade para outro local. Segundo relato do Doutor Pio de Andrade Ramos, Juiz de Direito da Comarca, a reconstrução começou em junho, *“desde que não foi possível um accôrdo sobre a mudança da cidade, para outro ponto inacessível às enchentes”* (VIAGEM AO TOCANTINS, 1927:71). As moradias foram erguidas com *“outra feição”*, dando até um aspecto novo à cidade e algumas das casas foram pintadas. Os estabelecimentos públicos e particulares foram restaurados.



Figura 2: Moradores refugiados em embarcações durante a enchente de 1926.

Fonte: Casa de Cultura de Marabá.

Ao que parece, a iniciativa para a reconstrução das edificações mais importantes coube ao intendente (prefeito) Coronel João Anastácio de Queiroz e à elite dos comerciantes e produtores de castanha-do-pará. Não houve uma iniciativa firme por parte da autoridade municipal no sentido de promover a transferência da cidade para um local seguro. Pelo contrário, os recursos da Intendência foram voltados para a reconstrução no mesmo lugar. Da mesma forma, a elite reconstruiu os seus imóveis e as casas comerciais nos mesmos pontos. Tal iniciativa por parte dessa classe sempre foi destacada em todos os relatos referentes às varias enchentes que afetaram Marabá, como uma demonstração da sua obstinação em se manter fiel ao solo marabaense e como um fato que enaltece a força da comunidade local.

Os relatos não se referem à existência de vítimas fatais causadas pela enchente propriamente dita, muito em função da lentidão com que as águas avançavam, dando oportunidade para os moradores se retirarem. Contudo, falou-se em epidemias, como sarampo, malária e disenteria, que atingiram a população e do aumento da mortalidade infantil, sobretudo das crianças que nasceram durante a enchente.

Medidas chegaram a ser tomadas pelo poder público para promover a mudança da cidade. A mais séria surgiu na época da interventoria de Magalhães Barata no Estado do Pará, após a Revolução de 1930. Pelo decreto número 287 de 13.04.1931, era estabelecida a mudança da sede do município para Lago Vermelho, hoje Itupiranga, localizada a uma distância de 50 quilômetros de Marabá. Apesar dessa resolução nenhuma ação concreta e firme foi verificada no sentido de promover a transferência e a mesma encontrou resistências por parte dos moradores.



Figura 3: Enchente de 1926 atingindo a sede da Intendência (Prefeitura).

Fonte: Casa de Cultura de Marabá.

Além da enchente de 1926, são também lembradas as de 1935 e 1947. Esta última coincidiu com uma grande safra de castanha-do-pará, cuja produção começava a se recuperar após o final da Segunda Guerra. O dinheiro disponível na cidade ajudou na recuperação da mesma.

Em 1957, outra enchente de grandes proporções afetou Marabá, coincidindo também com uma grande produção de castanha. Boa parte da safra ficou retida nos barracões situados nos castanhais, sendo necessária uma operação com o uso de pequenos barcos motorizados para a retirada. Nesse mesmo ano, parece ter surgido outra proposta para a transferência da cidade. O então prefeito, Pedro Carneiro de Moraes e Silva, de acordo com o que nos relata o memorialista local João Brasil, decidiu “ratificar” a vontade dos prefeitos que o antecederam e apoiou uma proposição encaminhada à Câmara Municipal, defendendo a transferência da sede do município para a margem esquerda do rio Itacaiúnas, em

uma “*área de terra alta alicerçada com pedras a seis milhas dos escombros da cidade*” (MONTEIRO, 2002: 61). O local, situado no bairro Amapá e próximo ao aeroporto chegou a ser limpo e preparado para a iniciativa, mas como nas vezes anteriores, não contou com o reconhecimento e apoio dos moradores de Marabá.

Um dos engenheiros responsáveis pelo trabalho de preparação do terreno para a construção daquilo que seria a Nova Marabá, em 1957, José Filardo Bassalo, professor aposentado da UFPA, relata o seguinte:

Assim, no domingo, dia 6 de abril de 1957, seguimos para Marabá, em um DC-3 da companhia aérea Cruzeiro do Sul. Encontramos a cidade, inclusive o cemitério, literalmente no fundo, com apenas dois quarteirões enxutos. Em um deles, ficava o hotel onde nos hospedamos e, no outro, a sede da Prefeitura. Na segunda-feira, sob o comando do Loriwal, fizemos o levantamento topográfico da área destinada à nova cidade, uma parte alta da cidade onde também se localizava o Aeroporto. Apesar dos apelos de alguns moradores dessa rica cidade (com bastante ouro, conforme tivemos oportunidade de testemunhar, vendo uma grande pepita de ouro na mão de um garimpeiro, e castanha do Pará) para que não fizéssemos aquele levantamento, pois eles não queriam deixar o lugar onde viviam, completamos nosso serviço e voltamos para Belém (O depoimento do professor José Filardo Bassalo está no site <http://www.ufpa.br/ccen/fisica/50anos/fotos/50anos.pdf>. Acessado em 21.04.2008).

Na década de 1970, Marabá conheceu uma sequência de grandes enchentes, como as de 1977 e 1978, no momento em que era iniciada a implantação da Nova Marabá. A enchente de 1978 foi superada apenas pelas de 1926 e 1957 e atingiu 90% da cidade durante mais de 30 dias. Na Avenida Marechal Deodoro, conhecida como Marabazinho, às margens do rio Tocantins, nas casas que foram abandonadas era possível observar os móveis que foram amarrados ao teto e atingidos pelas águas. Apenas os telhados dos

sobrados foram poupados nessa avenida (JORNAL NOTÍCIAS DE MARABÁ, 1978: 4).

A enchente de 1980 foi tida pelos moradores e por especialistas como a maior, pelo menos nas medições feitas a partir do ano de 1976, com uma régua instalada às margens do rio Tocantins. A mesma alcançou o nível mais elevado, com 17,42 metros e atingiu a cidade em um momento em que esta se encontrava em fase de grande crescimento pela intensificação do fluxo migratório. Nessa época estavam sendo implantados os grandes projetos de iniciativa do Governo Federal, como a construção da hidrelétrica de Tucuruí e o Projeto Carajás para exploração do ferro⁵.

Os procedimentos utilizados nas enchentes anteriores se repetiram, pois a cidade inteira foi afetada, excetuando-se a Nova Marabá ainda em fase de estruturação e Cidade Nova. Os recursos utilizados normalmente quando ocorriam as enchentes, como suspender pertences e objetos nos jiraus, não funcionaram⁶. Os moradores que dispunham de mais recursos contratavam barcos e pessoal para a retirada de móveis, fogões e geladeiras. Os demais, residentes nos bairros mais pobres, como Cabelo Seco e Santa Rosa, tiveram que contar com a ajuda da Prefeitura, do Exército e de outros moradores. Tais procedimentos eram rotineiros quando ocorriam grandes enchentes e eram complementados com a distribuição de remédios, cestas básicas e botijões de gás.

⁵ Nesse mesmo ano ocorreu a descoberta da mina de ouro em Serra Pelada, área então pertencente ao município e que intensificou ainda mais o fluxo migratório, sobretudo a partir do Maranhão e de outros estados do Nordeste. Tal fato agravou a situação da cidade que não possuía uma estrutura adequada para receber esse contingente populacional. Além da Nova Marabá que estava sendo implantada, um outro núcleo surgia de forma espontânea na cidade próximo ao bairro Amapá, do outro lado do rio Itacaiúnas: Cidade Nova. Esse núcleo agregou grande parte da população atraída a Marabá pelos projetos do Governo Federal.

⁶ Noé von Atzingen, diretor da Casa de Cultura de Marabá, chegou na cidade em 1976, na época em que existia em Marabá o Campus Avançado da Universidade de São Paulo e em entrevista ao autor afirmou que o escritório do Campus, localizado na rua 5 de abril, no centro da cidade, foi atingido pela enchente de 1980. Aceitando as recomendações feitas pelos moradores, os livros da biblioteca foram colocados em um desses jiraus, no teto do escritório. A água subiu e alcançou o jirau, destruindo toda a biblioteca. Entrevista de Noé von Atzingen feita ao autor, em 05.07.2006.

Novamente a possibilidade dos moradores calcularem o avanço das águas foi um fator que possibilitou a retirada dos mesmos sem a ocorrência de vítimas fatais e de não ter ocorrido grandes perdas de bens. Os relatos disponíveis sobre a enchente de 1980 referem-se, contudo, a alguns acidentes fatais que foram indiretamente provocados pela mesma, como o contato com fios de alta tensão que estavam submersos.

Mais uma vez, apesar da gravidade dessa enchente, os moradores mostraram a mesma disposição para o retorno, tão logo as águas baixaram. Sempre foi destacado o apego da população aquele local e os moradores se mostravam *“predispostos à luta que sabiam ser difícil, em mutirões reconstruíram suas casas bem melhores nos mesmos locais ainda umedecidos pelas águas que por ali fizeram caminho, deixando rasto lamacento e pútrido”* (MONTEIRO, 2002: 44).

Muitos moradores atenuam o efeito das enchentes afirmando que os rios promovem uma *“faxina natural”* nas áreas mais sujas da cidade. Também preservam *“a circulação do dinheiro que apenas muda de bolso”* por ocasião das mesmas, uma vez que cria oportunidades para aqueles que trabalham com o transporte de pessoas, alugam embarcações e vendem produtos utilizando a locomoção fluvial. São conhecidos os casos de comerciantes que improvisaram estabelecimentos comerciais ou bares em verdadeiras plataformas sobre as águas. João Brasil cita um morador de Marabá, Marcelo Pereira de Miranda, procedente do Maranhão e que chegou à cidade no ano de 1979. Foi surpreendido pela grande enchente de 1980, mas que *“conscientizou-se de que aquele fenômeno fazia parte do dia-dia dos marabaenses”*, pois quando as mesmas ocorriam, muitos gastavam e outros embolsavam. Já perfeitamente adaptado e conhecido no ambiente da cidade, passou a trabalhar no ramo de comidas e bebidas e em 1985, por ocasião de outra enchente,

Marcelo passou a fornecer alimentos, bebidas quentes e geladas. Segundo João Brasil, nessa ocasião, *“boa parte da grana dos flagelados estava caçada no bolso de sua bermuda umedecida”*. Em 1997, instalou *“seu potente som musical sobre tablado iluminado de onde promoveu inusitado carnaval aquático dia e noite”* (MONTEIRO, 2002: 88).

A ocorrência das enchentes foi o fato que justificou os planos e projetos para a transferência de Marabá. A partir de 1970, o município passou a ter um papel estratégico dentro dos planos do Governo Federal para a região. Em função dos grandes investimentos previstos, principalmente a exploração do minério de ferro em Carajás, a cidade teria que adequar o seu espaço para atender as necessidades dos mesmos, receber os novos moradores que estariam envolvidos na atividade e abrigar as instituições que atuariam nesses empreendimentos. Nesse sentido, Marabá se tornou Área de Segurança Nacional e foi incluída como prioritária para a política de planejamento urbano. A primeira questão, que na visão dos técnicos e urbanistas necessitava ser resolvida era o problema das enchentes e para isso pensou-se em concretizar a idéia da transferência de Marabá.

A Implantação da Nova Marabá.

A idéia de implantação de um novo núcleo urbano para a cidade de Marabá foi uma imposição do Governo Federal, uma vez que a cidade estava sob intervenção desde 1970, passando a ter prefeitos nomeados pelo próprio presidente da República. Coube ao Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) ⁷ organizar

⁷ Em 1964 foi criado o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), órgão vinculado ao BNH e ao Ministério do Interior, com o intuito de estabelecer políticas voltadas inicialmente para os problemas da habitação popular e depois coordenar e aplicar uma política nacional no campo do planejamento urbano. Coube ao SERFHAU prestar assistência aos municípios com o envio de técnicos para a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Integrado, origem dos atuais planos diretores. O órgão foi extinto em 1974, no início da gestão do presidente Ernesto Geisel.

uma concorrência pública, que deu a um escritório de arquitetura de São Paulo a tarefa de elaborar um projeto urbanístico para Marabá, que ficou pronto em 1973: o Plano de Desenvolvimento Urbano de Marabá ou PDUM.

O PDUM deixou claro o objetivo para a nova cidade, que era o de adequar a mesma ao crescimento que estava sendo previsto no início da década de 1970, em função do Projeto Ferro em Carajás e a construção da futura hidrelétrica de Tucuruí. O diagnóstico feito a respeito da cidade naquele momento era o de que a mesma encontrava-se em um local que não era favorável para estabelecer *“um aglomerado urbano estável”*. A cidade deveria estar preparada para abrigar uma população de 50 mil habitantes, sendo que metade viveria em edifícios de 2 a 4 pavimentos. Isso incluiria os moradores dos bairros ribeirinhos de Marabá, como Cabelo Seco e Santa Rosa, habituados ao contato com os rios e que teriam de morar em um local distante dos mesmos. Os terrenos onde estavam previstas a construção de casas seriam disponibilizados para os que viessem de fora e não para os antigos moradores da cidade.

Contudo, em 1974 o SERFHAU foi desativado e a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) passou a ser a responsável pela implantação da Nova Marabá. O PDUM foi abandonado, sendo a medida justificada pelo fato de que o plano tinha sido dimensionado para uma população inferior ao que se previa para Marabá no futuro e que o mesmo não era flexível para futuras alterações. Outro escritório de arquitetura, que tinha sua sede no Rio de Janeiro, foi contratado para elaborar uma nova planta: o Plano de Expansão Urbana de Marabá (PEUM).

O novo plano valeu-se dos relatórios e estudos apresentados no projeto anterior, que ressaltavam as peculiaridades dos moradores de Marabá como típica população ribeirinha da Amazônia, que viviam em contato direto com os rios por meio da utilização da

água para lavar roupas, para a pesca, como diversão para as crianças e utilizando-os como meio de transporte até a mata, onde era extraída a castanha-do-pará.

Em 1976 o PEUM foi apresentado em um livro publicado pela SUDAM: Política de Desenvolvimento Urbano da Amazônia. O trabalho defendia um planejamento urbano que respeitasse as condições da região e de sua população:

qualquer aglomeração urbana será gerada em conformidade com as necessidades e os anseios do povo que a forma. Assim, seu sistema de vida, seu comportamento social, sua cultura e economia, são elementos essenciais para a conjugação dos princípios norteadores do traçado da cidade e sua arquitetura (POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA AMAZÔNIA, 1976: 74).

Contudo, não se verificou essa adequação no projeto do PEUM. A concepção urbanística do mesmo foi inspirada em uma estrutura vegetal, que lembrava uma árvore, onde os troncos seriam os “eixos viários periféricos”, os galhos “o sistema viário principal de penetração” e as “folhas” as comunidades localizadas que correspondem aos bairros. De acordo com o PEUM, tal planta permitiria a expansão futura da cidade de modo “sistematizado”, sendo mantido o contato com a floresta por meio de áreas de preservação. Do primeiro projeto proposto em 1973 ficou a escolha do local, situado logo depois do varjão, área que limitava a cidade antiga ou Marabá Velha e considerada segura com relação às enchentes.

Cada família teria um lote para a construção da casa. Estas deveriam obedecer a uma arquitetura supostamente adequada com a ecologia da região, sendo afastadas umas das outras e apenas 40% do terreno deveria ser ocupado. Tratava-se de uma normatização que contrariava as características dos antigos bairros de Marabá, como o

tradicional Cabelo Seco, onde as casas eram geminadas e o grau de adensamento era alto.

O PEUM foi a planta adotada para a implantação da Nova Marabá. Da mesma forma que no plano anterior, o destino a ser dado ao antigo núcleo, que passou a ser chamado de Marabá Velha, foi impreciso. A nova cidade seria um centro aglutinador e os outros núcleos deveriam definir na medida em que fosse sendo implantada a nova cidade, perdendo importância e interesse por parte dos moradores. Contudo, não foi isso o que se verificou.

A planta da Nova Marabá, em função da sua extensão e do difícil acesso às folhas, impôs a necessidade do uso de automóveis e de um transporte coletivo que permitisse vencer os longos deslocamentos que o traçado urbano criou. Tratava-se de uma mudança radical imposta aos moradores e que ocorreria num espaço de tempo reduzido, o que tornava o impacto da mesma ainda maior. Não houve preocupação em relação ao antigo modo de vida ribeirinho, com a atividade econômica da coleta da castanha e também com a navegação fluvial. A planta do PEUM em nenhum aspecto previa a continuidade das mesmas.

Paralelamente ao processo de implantação da Nova Marabá, o Complexo Integrado Cidade Nova, que surgiu do outro lado do rio Itacaiúnas e próximo ao antigo bairro Amapá, cresceu de forma desordenada, absorvendo grande parte da população migrante. Os moradores da Marabá Velha manifestaram o desejo de permanecer na cidade, mesmo após a grande enchente de 1980. Como nas outras ocasiões, passada a calamidade, os moradores retornaram, embora a ocupação da Nova Marabá acabasse por ganhar um impulso maior após esse ano. Muitos de seus moradores também eram provenientes da leva de migrantes que chegou ao município nas décadas de 1970 e 1980.

A demora e os atrasos na implantação da nova cidade criaram dificuldades na ocupação da mesma, pois até o início da década de 1980 a Nova Marabá dispunha apenas do sistema viário aberto e sem praticamente nenhuma infra-estrutura. Muitos moradores adquiriam os lotes vendidos pela SUDAM sem se desfazerem das moradias na Marabá Velha ou retendo os terrenos a espera de valorização. Ao lado disso, faltou uma decisão mais firme por parte do poder público no sentido de desativar a cidade antiga, muito provavelmente porque a Nova Marabá não estivesse completamente estruturada para receber os moradores.

Em 1981 os trabalhos de continuidade da implantação da Nova Marabá, que estavam a cargo da SUDAM, foram transferidos para a Prefeitura. Era o momento que exigia maiores investimentos por parte do poder público para atender a demanda do novo núcleo urbano. Além disso, a corrida de garimpeiros em direção a Serra Pelada trouxe outros problemas para a administração municipal, uma vez que a área do garimpo também pertencia ao município de Marabá ⁸.

Não ocorreu o esperado esvaziamento da Marabá Velha e a Nova Marabá não aglutinou completamente o processo de crescimento da cidade. Contudo, na década de 1990, o novo núcleo acabou por se consolidar, principalmente com a transferência dos diversos órgãos públicos e da própria Prefeitura, excetuando-se a Câmara de Vereadores. A sede municipal passou a contar com três núcleos: a Marabá Velha, a Nova Marabá e o Complexo Integrado Cidade Nova

⁸ Nessa mesma época, surgiu em Serra Pelada um aglomerado que ficou conhecido como Curionópolis, em referência ao interventor nomeado pelo Governo Federal para administrar a área do garimpo, Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido como "major Curió" e que havia participado do combate à Guerrilha do Araguaia. Esse núcleo, situado fora do garimpo propriamente dito, também fazia parte do município de Marabá, agravando os problemas do poder público municipal em atender às demandas geradas pela falta de infra-estrutura dos vários núcleos que passaram a existir no município.

A Nova Marabá era vista inicialmente apenas como uma alternativa de abrigo quando da ocorrência das enchentes, como foi no ano de 1980. Dois anos antes dessa enchente saiu uma notícia nos jornais de Belém de que a Marabá Velha seria definitivamente desativada. A notícia gerou reações por parte das lideranças locais mais tradicionais e dos jornais. Em um artigo publicado no jornal “Notícias de Marabá”, o articulista Raymundo Rosa expressou a opinião dessas mesmas lideranças, afirmando que, embora situada em terreno baixo e sujeita às enchentes, uma vez que estas tenham acabado, a situação se normaliza, comparando isso a uma briga de namorados, que uma vez superada, a situação volta ao normal, até de forma mais agradável. Segundo esse articulista a cidade de Marabá:

tem sofrido, no decorrer de sua história, o efeito de enchentes periódicas que a lavam num abraço sufocante de amantes apaixonados. Findo o frenesi das águas, a cidade se sacode, alisa suas ruas, pinta o seu casario e a alegria volta, num passe de mágica, como se a enchente fosse uma brincadeira de namorados. Pouco tempo depois não se fala em enchente, o rio descobre suas alvas praias e o namoro continua, no revezamento dos papéis, entre o rio e a gente. Por isso sempre existiu uma profunda afeição do marabaense com as águas. Às vezes ele se assusta quando elas crescem e se enfurecem, mas, passado o temporal, o homem e o rio voltam às pazes e se completam e se acariciam num constante vai-e-vem na brancura macia da praia (JORNAL NOTÍCIAS DE MARABÁ, 1978: 4).

Em 1980 existia em Brasília, entre os técnicos do Governo Federal, a conclusão de que o projeto da Nova Marabá foi um fracasso. Em um memorando redigido pelo Subsecretário de Planejamento Urbano, Militão de Moraes Ricardo, para o Secretário de Planejamento, datado de 10.06.1980, foi feita a constatação de que a Marabá Velha ainda era a *“base de localização da população”* e do emprego, e enquanto este último permanecer na cidade velha não

poderia ser feita a desativação (DOSSIÊ NOVA MARABÁ, 1980:76). Menciona também o documento a necessidade de se destinar um “uso viável” para o antigo núcleo e de que não existia em qualquer outro lugar, uma área como essa abandonada, citando como exemplo um caso parecido ao de Marabá, a cidade de Boca do Acre ⁹.

O mesmo documento critica o fato de não se ter dado atenção ao crescimento de Cidade Nova, próxima ao antigo bairro Amapá, tradicional local de refúgio durante as enchentes. Essa área poderia representar uma alternativa à Marabá Velha e teve a sua ocupação feita de forma espontânea, ao contrário do que ocorreu com a Nova Marabá. Conclui o documento pela inviabilidade de uma cidade planejada naquelas condições e recomenda a fixação da população em um determinado local de forma gradual e ir instalando os serviços na medida das possibilidades financeiras.

Não apenas o problema das enchentes não foi solucionado como a vulnerabilidade em relação às mesmas se agravou. O adensamento da Marabá Velha e das áreas de risco na mesma aumentaram, como nos bairros Cabelo Seco e Santa Rosa. Nos outros núcleos, Nova Marabá e Cidade Nova, em função da ocupação desordenada nas décadas de 1980 e 1990, passaram também a contar com áreas sujeitas a alagamentos. A população da sede do município (incluindo os três núcleos já citados) saltou de 12.165 habitantes em 1971 para 90.253 habitantes em 1988 (PLANO

⁹ Boca do Acre, cidade do sul do Estado do Amazonas, próxima à divisa com o Acre, está situada em terras baixas junto aos rios Acre e Purus, sofrendo também o problema das enchentes. No início da década de 1970, o então governador do Amazonas, João Walter de Andrade, promoveu a transferência da sede do município para o Platô do Piquiá, onde começou a ser construída a nova cidade, que ficou por um tempo conhecida como Valterlândia, em referência ao nome desse mesmo governador. Contudo, muitos moradores permaneceram na cidade antiga, distante 10 quilômetros do Platô do Piquiá, chamado também de bairro-cidade. Atualmente, o Platô do Piquiá têm atraído moradores e populações de outras regiões, sobretudo do Sul, que estão investindo na compra de terrenos a baixo custo. A população tradicional permaneceu na cidade antiga.

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MUNICÍPIO DE MARABÁ, 1988: 66) ¹⁰.

A Nova Marabá se estruturou, mas sem agregar os moradores da cidade antiga. Ao longo de sua história, a Marabá Velha evoluiu por meio de uma complexa convivência estabelecida entre os moradores dos bairros tradicionais, como no caso de Cabelo Seco, por uma forma particular de apropriação do espaço urbano, que praticamente desconhecia o uso do automóvel até o início da década de 1970 e onde a rua era praticamente uma extensão da casa. Os deslocamentos eram facilitados pelas distâncias curtas e associado a uma solidariedade informal entre os moradores que persiste até hoje.

Ao lado desses elementos, havia a possibilidade de se obter o sustento como no extrativismo vegetal, mesmo sendo uma atividade sazonal, no garimpo ou nos “bicos” exercidos nos intervalos entre aquelas atividades, como na construção civil, nas olarias do varjão que ainda sobrevivem ou no comércio. Afirmava-se que em Marabá, “ninguém ficava sem trabalhar” ou que era lá “*que estava o dinheiro*”, até mesmo durante as enchentes, vista como uma dificuldade intransponível na visão dos planejadores e técnicos, mas não na dos próprios moradores.

Enchentes em Marabá: Um Risco Calculado?

A intervenção promovida pelo Governo Federal sob a justificativa de criar uma cidade adequada para os grandes projetos governamentais e ao mesmo tempo, solucionar o problema das enchentes, não trouxe resultados. No que diz respeito ao Projeto Grande Carajás, a tarefa de suporte acabou ficando com uma cidade-

¹⁰ Além disso, na década de 1980 três outros núcleos surgiram na área do município de Marabá: Parauapebas (próximo a Carajás), Curionópolis (próximo a Serra Pelada) e Eldorado dos Carajás, que se emanciparam em 1989.

empresa criada dentro da área de exploração da mina de ferro e para o núcleo de Parauapebas, que depois ganhou autonomia.

Outras grandes enchentes afetaram a cidade já depois do processo de implantação da Nova Marabá, como as de 1990 e 1997, confirmando a tradição de um período de 10 anos entre uma grande enchente e outra. Na primeira, mais de 90% dos imóveis da Marabá Velha foram atingidos e o comércio praticamente paralisou as suas atividades. Alguns pequenos comerciantes chegaram a se transferir para Cidade Nova e para a Nova Marabá enquanto durou a enchente, mesmo os alojados nos abrigos improvisados pela Prefeitura e que continuaram a manter as suas atividades.

Não existem dados estatísticos que contabilizem os prejuízos financeiros trazidos pelas enchentes, embora se saiba que são grandes, tanto para o poder público quanto para os particulares. Portanto, não há como precisar o grau de vulnerabilidade em termos financeiros e econômicos, dificultando a adoção de medidas mais precisas para atenuar ou mitigar o problema.

Por outro lado, com relação aos moradores mais expostos à situação de risco, em 2006 foram apontados a existência de 11 assentamentos informais ou ocupações na área urbana de Marabá. Desses assentamentos, cinco estavam localizados em áreas alagáveis, o que correspondia a 6% da área edificada da cidade, contando todos os núcleos. A população dessas áreas alcançava em torno de 47.000 habitantes ou 30% da população urbana (PROJETO AVA-MARABÁ, 2006:29). A cidade, quase como um todo, apresenta atualmente, características e índices típicos de assentamentos informais.

Estabelecendo-se a relação entre renda e topografia da cidade verifica-se que atualmente as áreas mais baixas e vulneráveis a enchentes são ocupadas pelas famílias de menor renda. A ocupação de áreas pelas famílias de renda mais alta vincula-se à

topografia mais elevada e a acessibilidade aos corredores viários (PROJETO AVA-MARABÁ, 2006:47). Pode-se concluir que, desde a implantação da Nova Marabá, as enchentes tornaram-se menos “democráticas” do que na Marabá Velha. O número de moradores atingidos varia de acordo com o nível dos rios ou a cota alcançada pelas mesmas¹¹.

As enchentes estão incorporadas ao cotidiano das famílias mais pobres muito em função de sua previsibilidade, de se conhecer o início e o término das mesmas, da existência de alternativas para moradia provisória e da ajuda do poder público. Por outro lado, existe um fator de pressão social, uma vez que muitas famílias chegam a Marabá, provenientes principalmente do Maranhão, na época da ocorrência das enchentes, como uma estratégia para obtenção de abrigo e depois terem a situação regularizada pela Prefeitura.

Uma enchente anual dura, em média, de 2 a 4 meses, entre o início do nível de alerta que é de 10 metros e o retorno ao mesmo, quando os últimos moradores voltam para as casas e iniciam a limpeza e os reparos. Muitos depoimentos de moradores mostram como os mesmos convivem com o fato:

(...) em dezembro, quando começam as chuvas, a gente vem aqui pra cima reservar o lugar para o barraco. Em janeiro, quando a água sobe, a gente se muda (Doralice Pereira, faxineira, 35 anos). É só começar a subir o rio que a gente vem, com freezer, balcão e tudo (Conceição Nêris, atendente da mercearia Bambu). A gente encontra tudo coberto de lodo. Tem de lavar com creolina, desinfetante e depois esperar uns três dias, para sair o cheiro, para poder voltar (Maria dos Anjos Pereira, doméstica). Quanto ao fato de saberem que todo ano acontece o mesmo problema e, mesmo assim, preferem

¹¹ Até 2007, a Defesa Civil de Marabá determinava o nível de 10,0 metros, que corresponde à cota de 81,88 metros, como nível de alerta. Quando este nível é atingido, os bairros de Cabelo Seco, Santa Rosa, Santa Rita na Marabá Velha e a Folha 33 na Nova Marabá são afetados. Para uma comparação, a enchente de 1980 atingiu o nível de 17,42 metros e teve a cota atingida de 89,30 metros (PROJETO AVA-MARABÁ, 2006:14).

ficar: “Fora daqui é tudo muito caro” (Doralice Pereira)
(PROJETO AVA-MARABÁ, 2006: 71).

Todos os anos os abrigos são instalados, depois desmontados e a Prefeitura realiza um cadastramento das famílias que podem ser atingidas pelas enchentes. Segundo a Defesa Civil de Marabá a cada ano o número de desabrigados aumenta em função do fluxo migratório ao município e a mesma disponibiliza locais para abrigos na Marabá Velha, na Nova Marabá, na área do Parque de Exposição Agropecuária e no estacionamento do cartódromo. Nesses locais os desabrigados contam com água potável, luz, distribuição de cestas básicas, material para construção das barracas e até botijões de gás. Uma das preocupações da Defesa Civil é o duplo recadastramento no recebimento de cestas básicas, fato que têm ocorrido nos últimos anos.

Quando as águas atingem 10,5 metros, a Prefeitura costuma decretar estado de emergência, o que permite o recebimento de ajuda do Governo Estadual. Em caso de decretação do estado de calamidade pública são disponibilizados recursos federais. A ajuda também é proveniente da sociedade civil, com a arrecadação de alimentos, roupas e remédios. Alguns moradores mais antigos já bem adaptados ao problema mantêm outra casa na Nova Marabá ou em Cidade Nova. Mesmo aqueles que têm melhor poder aquisitivo, insistem em manter a residência fixa na Marabá Velha por causa da tradição de morar no antigo núcleo.

A enchente na região banhada pelo rio Tocantins já é “agendada” e os preparativos para a mesma já começam no mês de outubro, com a escolha dos locais para receberem os desabrigados. No ano 2000, no mês de março, as cidades de Tucuruí e Marabá decretaram estado de emergência, pois o rio Tocantins já havia subido 12,68 metros, desabrigando em torno de oito mil famílias nas duas cidades. Em Marabá foram instalados 39 abrigos pela

Prefeitura, mais de 1,2 mil cestas básicas tinham sido distribuídas e campanhas para arrecadação de roupas, alimentos e medicamentos foram promovidas. Os barqueiros ganharam bastante transportando famílias e bagagens, cobrando fretes de até 50 reais por viagem, confirmando as informações de João Brasil Monteiro de que na época das enchentes “*o dinheiro muda de mãos*”.

Um dos aspectos mais graves em relação ao problema dos desabrigados é o fato de a Prefeitura de Marabá não dispor de um cadastro com informações sobre os habitantes dos bairros sujeitos às enchentes, como no caso do bairro Cabelo Seco. Recentemente, Leila Weitzel Coelho da Silva, professora do curso de Sistema de Informação da Universidade Federal do Pará, orientou seus alunos num projeto para integrar um banco de dados geográfico com o cadastro multifinalitário para fazer o mapeamento da população atingida pelas enchentes de acordo com a elevação das águas.

No final de 2007, Leila Weitzel concluiu a primeira etapa do projeto, elaborando um Sistema de Informação Geográfica de Marabá (Sigma), para o monitoramento das áreas de risco. A idéia da professora partiu exatamente da situação que se repete todos os anos, isto é, quando centenas de pessoas que têm as suas casas invadidas pelas águas precisam ser retiradas para abrigos improvisados pela Prefeitura. O Governo Municipal não têm um controle de dados e não sabe a quantidade exata de pessoas afetadas. A ajuda acaba sendo mal distribuída, pois muitas famílias carentes acabam recebendo auxílio enquanto outros necessitados não são devidamente atendidos.

Por esse projeto seria possível identificar as áreas de risco indicando os locais onde as enchentes podem ocorrer e determinar a população que será impactada pelas mesmas. O monitoramento proposto no Sigma poderia ajudar a Prefeitura a planejar previamente as ações e auxiliar no gerenciamento dos recursos. Esse

sistema eliminaria o problema da “*indústria da enchente*”, onde o socorro acaba se transformando em um meio de vida para os moradores por meio da própria ajuda institucional fornecida aos mesmos.

Os pesquisadores esbarraram na falta de um cadastro multifinalitário por parte da Prefeitura, com informações sobre os moradores. A equipe da professora Leila elaborou um banco de dados, com a quantidade de moradores por unidade habitacional, segundo a idade, pessoas portadoras de necessidades, mães lactantes, recém-nascidos, entre outras informações. Tais dados permitiriam o planejamento de uma estratégia de ajuda e remoção de acordo com as necessidades específicas de cada família. No entanto, esse trabalho corpo a corpo não pode ser completamente realizado por falta de financiamento e de apoio, inclusive da própria Prefeitura, que não manifestou interesse em implantar o projeto, embora o considerasse interessante.

Considerações Finais

Muitos daqueles que têm se dedicado ao estudo específico dos riscos gerados pela possibilidade de desastres naturais, geógrafos, sociólogos e mais recentemente os historiadores, destacaram como esse tipo de situação é percebida pelas populações afetadas. Trata-se de um aspecto desprezado pelos órgãos estatais responsáveis e pelos técnicos, levando o poder público a promover intervenções desconhecendo os costumes e o modo de vida de populações tradicionais, como no caso das comunidades ribeirinhas da Amazônia

Experiências semelhantes em outros lugares, envolvendo áreas em situação de risco ou sujeitas a calamidades, revelaram que ter em conta apenas a dimensão física do risco propriamente dito é insuficiente para se proceder a uma ação eficaz de combate aos

mesmos. Foi o que se concluiu, por exemplo, nos Estados Unidos na época do Tennessee Valley Authority, durante os anos de 1930, exatamente com relação ao problema das enchentes. Passou-se a considerar também a dimensão humana e social do problema que poderiam interferir nos impactos provocados pelos fenômenos naturais.

Além disso, a partir das experiências vivenciadas após um desastre natural podem surgir soluções advindas da iniciativa dos atores envolvidos no processo, que permitam o estabelecimento de políticas que tenham maior possibilidade de serem bem sucedidas. A professora Yvete Veyret cita que, em muitos casos, as crises ocorridas dentro de uma cidade contribuem para a criação de um novo urbanismo, que permite reduzir a vulnerabilidade (VEYRET, 2007: 48).

Em Marabá, esse arranjo foi promovido de forma autoritária, alheio às condições naturais, sociais e culturais de seus moradores. Não obedeceu também a uma tendência espontânea de crescimento da cidade, em direção ao bairro Amapá. O poder público municipal, naquele momento sob intervenção do Governo Federal em pleno regime militar, não teve as condições necessárias e nem mesmo a legitimidade para aproveitar a oportunidade da transferência criada em 1973 e intervir de modo a reforçar um movimento espontâneo que há muito já ocorria.

Percebemos que na Marabá Velha, mesmo superado o estágio do extrativismo vegetal que no passado justificou a localização da cidade para facilitar o controle da atividade, não ocorreu um abandono daquele núcleo, até pelo contrário. Trata-se de um complexo processo de apropriação coletiva daquele espaço, que gerou uma série de dependências dos moradores com o mesmo, seja do ponto de vista comunitário, com os rios, de afetividade com os bairros, muito difícil de ser rompido. E também, do ponto de vista

econômico, os moradores dispunham de um enorme repertório de atividades ou “bicos” que permitem a manutenção e o sustento dos mesmos.

Situações semelhantes a essa podem ser observadas em outras partes da Amazônia, como as populações atingidas pela construção de barragens e que foram retiradas de seu “habitat” natural de convívio com os rios, para serem confinadas em aglomerados de beira de estrada. O desconhecimento de tais situações ou simplesmente o desprezo pelas mesmas têm se constituído em uma constante nas políticas impostas às populações daquela região.

As ciências humanas, e neste caso específico a história, têm uma enorme contribuição a dar no sentido de desvendar e expor as complexas relações estabelecidas por essas populações com a natureza e com o meio social na qual estão inseridas. Tais relações acabam se consolidando ao longo do tempo e se constituem em exemplo do consórcio que algumas sociedades são capazes de estabelecer com determinados recursos naturais abundantes e que estejam disponíveis.

Nesse sentido abre-se um campo no qual a história pode contribuir no sentido de incluir como trabalho de pesquisa a trajetória dessas populações e de colocar fim ao equívoco que vigorou por décadas: a idéia da Amazônia como um “espaço vazio”. O conhecimento desse convívio com a natureza da região é que irá permitir o planejamento de políticas públicas que não se coloquem como algo alheio ao cotidiano dessas populações.

Fontes

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL. **Dossiê Nova Marabá: Origem e Implantação.** Coletânea de relatórios e despachos a respeito da desapropriação da área onde está situada a Nova Marabá. Disponível no Arquivo Público "Manoel Domingues" em Marabá.

Jornal Notícias de Marabá. Marabá. Edições de 1970 a 1985.

Referências Bibliográficas

BECKER, Bertha. **Amazônia.** São Paulo: Editora Ática (Série Princípios), 1998.

BRASIL – SUDAM. **Política de Desenvolvimento Urbano da Amazônia.** Editado pela SUDAM e H. J. Cole + Associados S. A. Rio de Janeiro: 1976.

DIEGUES, Antonio Carlos (org.) **Desmatamento e Modos de Vida na Amazônia.** São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB), 1999.

GARCIA-TORNEL, Francisco Calvo. **La Geografía de los Riesgos.** Cuadernos Críticos de Geografía Humana. Universidad de Barcelona: año IX, número 54, noviembre de 1984. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/geo54.htm>>. Acesso em 2/9/2007.

MARANDOLA JR., Eduardo Marandola e HOGAN, Daniel Joseph. **Natural Hazards: O Estudo Geográfico dos Riscos e Perigos.** Revista Ambiente & Sociedade, volume VII, número 2, jul./dez. 2004, páginas 95-109.

LAGENEST, H. – D. Barruel de. **Marabá: Cidade do diamante e da castanha (Estudo sociológico).** São Paulo: Editora Anhambi, 1958.

LUIZ, Danilo Costa; SOUZA, Gardel Silva de; TEIXEIRA, Rangel Filho. **Sistema de Informações Geográficas para Monitoramento e Análise de Áreas de Risco. Estudo de Caso: Município de Marabá.** 2008. 99 f. Monografia (Graduação, Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel em Sistemas de Informação). Universidade Federal do Pará, Marabá, 2008.

MATTOS, Maria Virginia Bastos de. **História de Marabá.** Marabá: Grafil, 1996.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Plano de Desenvolvimento Urbano de Marabá (PDUM - MARABÁ)**. Ministério do Interior, Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, Prefeitura Municipal de Marabá. Arquiteto Joaquim Guedes e associados, 1973, 5 volumes.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. **O Vale Tocantins-Araguaia: Possibilidades Econômicas, Navegação Fluvial**. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas pelo engenheiro civil Américo Leonides Barbosa de Oliveira. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1941, 144 p.

MONTEIRO, João Brasil. **Marabá: Caminho das Águas**. Marabá: edição do autor, 2002.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA VULNERABILIDADE AMBIENTAL - PROJETO AVA-MARABÁ. Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Ministério do Meio Ambiente. Marabá (PA) – 2006.

SAMPAIO, Walter Leitão. **Cruviana**. São Paulo: Art Link Comunicação e Assessoria, 1998.

TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. **Planejamento Urbano em Área de Fronteira Econômica: o Caso Marabá**. UFPA, NAEA, Curso Internacional de Desenvolvimento em Planejamento do Desenvolvimento (Dissertação de Mestrado). Belém, 1991.

VALVERDE, Orlando e DIAS, Catharina Vergolino. **A Rodovia Belém-Brasília: estudo de geografia regional**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1967.

VEYRET, Yvette (org.) **Os Riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

"VIAGEM AO TOCANTINS". Autor anônimo. 1ª. Edição: 1927. 2. ed., Belém: Editora Grafisa, 1983.

VICENTINI, Yara. **Cidade e História na Amazônia**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2004.

Artigo recebido em 10/08/2011

Artigo aceito em 20/12/2011